

**RCD no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.023 - PR
(2019/0003760-2)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
REQUERENTE : JOAO ARAUJO DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : FLÁVIO ROSENDO DOS SANTOS - PR048177
REQUERIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado por **João Araújo de Souza** contra decisão que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem de modo que *"a apreciação do recurso especial fique sobrestada até o esgotamento da competência do Tribunal de origem que ocorrerá com o juízo de retratação ou de conformação a ser realizado pela instância ordinária, após o julgamento do recurso extraordinário sobre o mesmo tema afetado ao regime da repercussão geral, nos moldes dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015"* (fl. 592).

Em suas razões, o ora requerente aduz que, no caso, não há discussão a respeito da obrigatoriedade de fornecimento de medicamentos de alto custo (tema 6) ou o fornecimento de medicamento sem registro da Anvisa (tema 500) e que tais matérias estão preclusas no presente feito.

Aduz que seu recurso especial tem como fundamento central a alegação de desrespeito pelo Tribunal de origem ao decidido no **REsp 1.657.156** - Tema Repetitivo 106/STJ.

Requer seja reconhecido o *distinguishing* ora apresentado e o posterior prosseguimento do presente recurso.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente, pois o tema discutido no presente feito não guarda pertinência com os **Temas n.s 6 e 500/STF**, com repercussão geral reconhecida.

Ante o exposto, reconsidero as decisões de fls. 590/593, tornando-as sem

feito.

Publique-se e após voltem os autos conclusos para nova apreciação do agravo em recurso especial.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

